

EMENDA № 2 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO № 02/2025, **DE 28 DE JANEIRO DE 2025**

O Vereador Marcos Azevedo Moreira (Tatinha), nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, propõe a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução nº 02/2025:

Art. 1º O artigo 11 do Projeto de Resolução nº 02/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 11. São as seguintes as penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar:

I - advertência por escrito;

II - suspensão temporária do exercício do mandato, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem direito à remuneração;

III - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator."

Art. 2º O caput do artigo 14 do Projeto de Resolução nº 02/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

> " Art. 14. A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem direito à remuneração, e de perda do mandato são de competência do Plenário, que deliberará, em escrutínio aberto e por 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara Municipal, por provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado









Paço Legislativo "Antônio Procópio da Costa"

na Câmara Municipal, após processo disciplinar instaurado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo."

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo aprimorar o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, tornando as penalidades mais claras e adequadas ao princípio da razoabilidade. A substituição da "censura verbal ou escrita" por "advertência por escrito" confere maior formalidade ao procedimento disciplinar. Além disso, a definição do prazo e da sanção da suspensão do mandato, sem remuneração, assegura maior previsibilidade e efetividade da penalidade. Por fim, a exigência de 2/3 dos votos dos membros da Câmara Municipal para aplicação das penalidades de suspensão e perda do mandato garante maior segurança jurídica e observância do princípio da ampla defesa. Diante do exposto, submeto esta emenda para apreciação dos nobres vereadores.

Marcos Azevedo Moreira (Tatinha)

Vereador





